



MORAIS DO DRAMA URBANO: VIOLÊNCIA POLICIAL, DISCURSO MUDIÁTICO E PRODUÇÃO DE FÁBULAS

Maria Claudia Coelho

Departamento de Ciências Sociais – UERJ

mccoelho@bigghost.com.br

Susana Durão

Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

ssbdurao@gmail.com

Este trabalho analisa a cobertura midiática do assassinato de um dos ‘líderes’ do Grupo Cultural AfroReggae. Fundado em 1993, o GCAR é uma ONG que promove atividades culturais em periferias carentes do Rio de Janeiro, com o objetivo de oferecer aos jovens alternativas de vida e ocupação ao tráfico de drogas. O grupo tem entre suas preocupações fundamentais promover a aproximação entre a polícia e estes jovens, alvos recorrentes de arbítrio e violência policiais.

O assassinato de Evandro João da Silva ocorreu no Centro do Rio de Janeiro em outubro de 2009 em consequência de sua reação a um assalto no qual foi baleado. Foi filmado por câmeras de segurança que flagraram em seguida um carro da polícia militar abordando os assaltantes. Os dois ocupantes do carro se apropriam do produto do roubo – uma jaqueta e um tênis. Em seguida, liberam os assaltantes e não socorrem Evandro, ainda vivo. O caso ocupa amplo espaço na mídia durante cerca de uma semana. Seus principais momentos são a notícia do assassinato; a descoberta da atuação dos policiais; e o acalorado debate entre autoridades e o coordenador do AfroReggae em função da declaração do relações-públicas da Polícia Militar de que a atitude dos policiais seria apenas um “desvio de conduta” e da afirmação do segundo de que os dois policiais seriam “criminosos fardados”. O material analisado é a cobertura do evento no jornal *O Globo*.

A análise baseia-se na interpretação de que as propostas de intervenção social do GCAR constituem um “projeto moral” (Durão e Coelho, 2010). Este “projeto moral”, examinado na produção discursiva de e sobre o GCAR, estaria ancorado na noção de



responsabilidade para com o outro, desenvolvida através da repetida divulgação de histórias tomadas como *contos morais*: a trajetória de um rapaz de comunidade carente que teria escapado ao destino da morte precoce em função da atração pelo tráfico para, em vez disso, dedicar-se a “salvar” os outros deste percurso. Esta história tem como protagonista o *sobrevivente*, cuja marca emocional é a *esperança*. A morte de Evandro toma o rumo oposto: seu protagonista é um *mártir*, associado não à esperança, mas à utopia. Mas o projeto do GCAR não é utópico: sua aposta é em um “futuro mediado” (Crapanzano, 2004), passível de ser alcançado através de ações no momento presente. Seu tempo é o tempo da esperança.

Tomamos este escândalo de opinião pública como um drama social, um momento em que a ‘sociedade’ (neste caso a carioca) discute a si mesma, ou, nos termos de Geertz (1978), como um ritual, uma “história que a sociedade conta sobre ela mesma para si mesma”. É preciso ter em conta que o que singulariza o projeto GCAR no seio de todo um leque plural de projetos sociais do Brasil urbano é a relação com a *audiência*. A audiência (a ideia de estar perante públicos) está sempre presente em todos os momentos coletivos do grupo. Qual seria então a “moral” desta história que coloca o GCAR diante de um desafio: lidar com a emergência de um “mártir” em suas fileiras de “sobreviventes”?

O trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira, expomos brevemente as principais linhas de atuação do grupo. Em seguida, analisamos a cobertura midiática em torno do assassinato de Evandro Silva e seu lugar na malha discursiva produzida em torno das atividades do GCAR. Nas considerações finais, recuperamos algumas ideias desenvolvidas anteriormente (Durão e Coelho, 2010) acerca da “elaboração de si” (Goffman, 1975) do grupo, procurando responder à questão central deste texto: qual o lugar do “mártir” nos contos morais que o GCAR narra a respeito de si mesmo?

1. O Grupo Cultural Afro-Reggae: breve histórico e principais características

O grupo ganha projeção midiática, aspecto que está desde cedo impresso como prioridade da sua ação, a partir de dois eventos trágicos, ambos ocorridos no ano de 1993: as conhecidas chacinas de Vigário Geral e da Candelária. Em Vigário Geral,



favela que viria a ser a sede mãe do projeto/movimento da ONG, morreram 21 moradores. Tratou-se aparentemente de retaliação da ação policial por terem sido mortos na véspera quatro policiais na mesma favela nas mãos de traficantes locais. Já às portas da Igreja da Candelária, um dos prédios mais conhecidos do Centro do Rio de Janeiro, oito meninos de rua foram assassinados. Mais de 40 crianças dormiam na praça da igreja quando cinco homens armados desceram de dois carros e dispararam em sua direção. Até hoje não se sabe o que motivou a matança. Ambos os eventos teriam os mesmos contornos: expressões de violência discriminatória e letal dirigidas a crianças e jovens pobres, aspecto que o grupo nunca mais deixou de explorar nas ações sociais e culturais que nos últimos dezessete anos desenvolveu.

É todavia preciso notar que, tal como analisou Olívia Cunha (2000), desde as origens e desenvolvimento dos primeiros anos do AfroReggae este ficaria marcado por uma reatualização de outros movimentos sociais de décadas anteriores que o inspiraram, em particular o movimento negro brasileiro. Mas o AfroReggae passou a falar a partir de um lugar geográfico específico, a favela, e por “comunidades” que se tornaram o referencial político do grupo, reconhecendo no seu caráter marginal o que lhes confere uma possível identidade.

Desse modo, neste grupo as escolhas acerca dos possíveis vínculos político-institucionais estiveram desde cedo subalternizadas a projetos pessoais, onde a dimensão coletiva da militância/intervenção aparece com menor ênfase do que em outros movimentos. “São as relações interpessoais que impulsionam projetos políticos [sendo o político enunciado como um ponto de vista de caráter subjetivo], não mais vistos como ‘missão’, mas como possibilidade de profissionalização” (Cunha, 2000: 361). Tal ganha particular relevo com a adesão do movimento ao status de ONG, reforçando a sua via profissionalizante por intermédio da música e das artes performativas que marcaram o início do projeto, logo desde a criação do jornal *Afro Reggae Notícias* em 1993, um jornal sobre “cultura afro”, e a realização de festas reggae na cidade.

Todavia, com a ocorrência das chacinas, o grupo vê uma oportunidade de reorientação das prioridades da ação “cultural”, cada vez mais abrangente e midiaticizada.



Junta-se assim aos que crêem no diagnóstico do Rio como “cidade partida”. Este é o título do livro de Zuenir Ventura (1994) que se propõe a oferecer uma síntese de um conjunto de movimentos que nascem nessa época, pós-Candelária. Este livro tornou-se uma referência obrigatória e está hoje impregnado em muitos dos discursos que circulam sobre a cidade do Rio, que estaria totalmente refém de uma clivagem social profunda entre classes médias que habitam o asfalto e as camadas populares que moram nas favelas. É neste contexto discursivo que o tema da violência e da pobreza se conecta e começa a ser encarado como responsabilidade de todos no Rio de Janeiro.

No que toca ao AfroReggae, este consegue alargar a amplitude da sua ação, baseando-se numa lógica de “multiplicação”, “articulação” e “mediação” entre múltiplas instâncias da dita cidade partida, mas sem nunca abandonar a sua situação local na favela de Vigário Geral. Cria-se assim um projeto ambicioso, o núcleo cultural, que viria mais tarde a ser ampliado num edifício de enormes proporções para a favela. É nesse âmbito que o grupo se alarga a várias atividades culturais, mas sustentando como imagem de marca as oficinas de percussão e pequenos núcleos com diferentes orientações de estilo.

Traça-se assim um objetivo fundamental: oferecer aos meninos de Vigário, e posteriormente a outros de favelas onde o AfroReggae vai se instalando, uma “alternativa ao tráfico e ao subemprego” (Júnior, 2006: 64). Através de expressões performáticas de cultura, os membros do grupo pretendem ser uma alternativa a duas referências de estilo de vida implementadas nas favelas: jovens traficantes que ganham prestígio e capacidade de consumo local; os pais, tios, avós das favelas que vivem de uma economia subterrânea (camelôs, empregadas domésticas, biscateiros, etc.). É nesta medida que o mentor e líder do grupo, e outros de grupos similares, acreditam estar produzindo artistas potenciais de onde menos se esperava que eles emergissem, dos locais pobres, negros, para onde convergem várias formas de violência. Assim, é dada uma ênfase à “cultura” como instrumento de combate à violência urbana que os envolve.

Nos últimos anos, ao mesmo tempo em que cresce enquanto ONG, o AfroReggae foi se apoiando numa dinâmica central: a captação de recursos avultados



que financiem as suas ações. Recorrem a empresas brasileiras e multinacionais, a fundações e ao Estado. De um modo mais simbólico e para ampliar a sua popularidade, que começou por se fazer sentir no Rio, mas que se expandiu pelo Brasil, recorrem ao apoio, geralmente midiático, de artistas, jornalistas e figuras públicas. Alguns são mesmo considerados “padrinhos”, no sentido em que viram nascer e apadrinharam o projeto. Tal é o caso de Caetano Veloso e Regina Casé.

Com esta mobilização de crescimento, que foi acompanhada por uma crise do financiamento internacional às ONGs brasileiras, tornou-se impossível conter o projeto no formato de ONG. Criou-se espaço para um certo hibridismo, entre o que seria inicialmente um movimento social/negro, o projeto cultural da ONG e a empresa com fins de auto-sustentabilidade do próprio projeto social/cultural, isto é, a ONG. Tal dinâmica deu-se sobretudo a partir de inícios dos anos 2000, quando o crescimento geográfico e geométrico do AfroReggae se delineou de forma mais perene. Esta dinâmica está longe de ser exclusiva do AfroReggae e é hoje perceptível em muitas outras instâncias mediadoras da América Latina (Yudice 2000, 2006). O que é original, porém, é a capacidade do AfroReggae se afirmar no plano da translocalidade, em várias favelas do Rio de Janeiro (pelo menos seis), na interregionalidade, operando sobretudo no Rio mas também noutros estados do Brasil e no plano da transnacionalização.

Este plano, que foi captado no título do livro de José Junior, “Da favela para o mundo” (2006), merece algum detalhe analítico. Também esta dinâmica não é nova. Analisando outras ONGs que atuam na África, James Ferguson (2007) chama a atenção para como novas formas de poder transversal se têm instalado. O autor defende que conexões transnacionais a ocorrer na última década podem levar atores “locais” a desafiar a superioridade vertical de estados; ONGs locais bem conectadas entre si podem conquistar amplo poder de influência.

Nesta exata medida, para atuar de modo mais transversal, o AfroReggae reproduziu formas de exportação daquilo a que os seus colaboradores chamam uma “tecnologia social”, sendo que esta “(...) passa pelo toque, pela forma de olhar, olhar nos olhos, e por reconhecer alguns talentos” (José Júnior no programa Roda Viva, TV Cultura, 2007).



Assim, o extremo localismo (“grassroots”) e a colocação do projeto no mercado global da cultura e da atuação social são dimensões agregadas. Por um lado, trata-se de uma ONG que não é mais a típica ONG local, que nasce exclusivamente para servir aos interesses de populações locais, mas que se desagrega se não se mantiver parcialmente localizada. Ela tem mais de 200 funcionários trabalhando regularmente, segundo dados fornecidos pelos seus gestores. Esta requer um staff especializado em gestão cultural e divulgação midiática, mas grande parte dos seus agentes são jovens que prestam serviços a ONGs. Entre estes destacam-se os membros oriundos de Vigário Geral. Como a ONG tem já quase duas décadas de existência os seus membros pertencem a várias gerações de jovens que viram e acompanharam o crescimento do empreendimento.

Hoje é quase impossível, e é até um exercício espúrio, fazer uma cartografia sistemática de todas as ações do AfroReggae. Mas é possível fornecer alguns exemplos concretos que ilustram bem o modo de funcionamento da ONG. O Centro Cultural Waly Salomão em Vigário Geral é o projeto mais local, mas que tem a característica de evidenciar na favela o próprio crescimento da ONG. Em 2009 foi construído um enorme edifício multi-funcional que se propõe a estar aberto 24 horas por dia.

O projeto “Conexões Urbanas” começou com a realização de concertos com artistas ilustres (Caetano Veloso e outros) em favelas: levar a cultura às favelas era o objetivo. Mas este converteu-se. Transformou-se num programa televisivo (Multishow, TV Globo) e é um exemplo dos caminhos inusitados percorridos nesse meio tempo pelo movimento social AfroReggae, levando o seu líder a ensaiar o papel de repórter e entrevistador.¹

¹ Note-se que a sinopse do programa aponta exatamente a concretização da ambição de ampliar o trabalho moral e de pedagogização do movimento: “Conexões Urbanas é o braço televisivo de um movimento social. O objetivo é criar elos de conhecimento, cultura e afetividade entre os diversos guetos em que a sociedade se dividiu: ricos e pobres, brancos e pretos. Você vai se conectar com os mais recentes pensamentos de sustentabilidade, tecnologia social, cidadania e principalmente paz. Um programa para gerar reflexão e ação” (<http://multishow.globo.com/Conexoes-Urbanas/Sobre-o-Programa/>, Visualização a 28 de Julho de 2010).



Naquele que é considerado o seu “projeto modelo” (José Júnior, Roda Viva - TVcultura, 2007), o projeto “Juventude & Polícia”, a filosofia e prática da organização do AfroReggae encontra-se muito bem expressa. Este desenvolveu, durante vários anos, colaborações que envolvem jovens de favelas, monitores e instrutores de diferentes segmentos sociais, policiais e estudantes em escolas violentas de Belo Horizonte com a proposta de desfazer o que o grupo designa como estereótipos culturais. Desde pelo menos a “invenção” e execução do projeto “Juventude & Polícia”, o AfroReggae apoia-se na ideia de que os marginalizados, os que falam a partir da favela, mas já convertidos ao movimento do grupo (e transformados deste modo em representantes da comunidade), poderiam afinal ter lições a dar e ser eles mesmos agentes e mediadores morais para todo o Brasil urbano.

Os Prêmios Orilaxé são como que o corolário do projeto, a celebração e o festejo sazonal do movimento ascendente do grupo. Trata-se de uma grande festa anual que congrega personalidades do mundo artístico, televisivo, ativistas e políticos. Líderes do AfroReggae aproveitam para eleger e premiar publicamente os projetos e personalidades que consideram mais bem sucedidos do “Brasil social”. O interesse está no fato da ONG se colocar na situação de ser ela mesma a premiar a sociedade brasileira, isto é, na condição de produtora de diagnóstico e de política.

Este lugar que o AfroReggae reivindica para seu discurso – um lugar de autoridade, em que diagnostica e intervém em igualdade de condições com “especialistas” e “autoridades”, quando não em posição de superioridade – fica particularmente nítido no drama social gerado pela morte de Evandro Silva. É o que veremos a seguir.

2. A Cobertura Midiática da Morte de Evandro: o tema da institucionalização

A cobertura jornalística realizada por *O Globo* tem início em 19 de outubro de 2009, uma segunda-feira. A manchete principal é referente às investigações sobre a derrubada de um helicóptero da Polícia Militar por traficantes. A notícia da morte de Evandro João da Silva vem ao lado, embaixo da fotografia de um menino que toca violino aos prantos em seu enterro. A manchete é “Luto no AfroReggae”, e a



diagramação produz uma clara associação entre as duas notícias, que surgem como parte de um mesmo “campo temático”.

Neste primeiro momento da cobertura, Evandro é descrito por seu irmão como alguém que tinha medo da violência urbana provocada pelos conflitos entre traficantes. Esta teria sido a razão de Evandro não ter ido a um jantar com sua família, devido à localização do restaurante escolhido, que o obrigaria a “atravessar a cidade em meio ao confronto entre traficantes” (O Globo, 19/10/2009, Caderno Rio, p. 15).

Um segundo tema muito nítido na descrição de Evandro feita por seus amigos é sua atuação como “mediador”. José Júnior, coordenador do GCAR, descreve assim suas atividades no grupo:

“Ele começou a trabalhar com a gente em 2000, com o projeto ‘Rompendo as Fronteiras’, em Parada de Lucas, onde morava. Evandro dava aulas de informática e atuou mediando conflitos entre a sua comunidade e Vigário Geral. Foi promovido a coordenador e também era responsável pelo projeto ‘Rebelião Cultural’, que acontece dentro de presídios da cidade. Nunca tinha acontecido nada com ele. Infelizmente, em um momento de lazer, houve essa tragédia – disse.” (O Globo, 19/10/2009, Caderno Rio, p. 15).

Este tema aparece também no depoimento de Altair Martins, presidente do grupo:

“Nossa missão é construir uma ponte entre a favela e o asfalto, promovendo uma integração entre esses dois pólos – explicava. O nosso mundo não é só aqui na favela, existe um mundo lá fora também, são espaços que temos que explorar: bibliotecas, centros culturais, cinemas. Existe arte, existe cultura, existe um outro universo além deste nosso.” (O Globo, 19/10/2009, Caderno Rio, p. 15).

A morte de Evandro Silva suscita assim a retomada daquele “diagnóstico” da cidade do Rio de Janeiro que instaura um ambiente de reflexão/intervenção: a “cidade partida”, cindida entre a favela e o asfalto (Ventura, 1994). Evandro é o típico representante da forma de atuação do GCAR: um rapaz originário de uma comunidade carente que coordenava oficinas culturais em favelas e presídios, além de atuar como



mediador de conflitos. Este tema da “mediação” aparece também de forma mais sutil na descrição da homenagem prestada a Evandro na cerimônia de seu enterro: crianças, suas alunas em uma oficina de violino, tocam peças de Bach, realizando assim, de forma metafórica, uma aproximação entre os campos da cultura erudita e da cultura popular.

No dia seguinte, *O Globo* noticia algumas providências tomadas por José Júnior em relação à apuração das circunstâncias da morte de Evandro. Entre elas, podemos destacar sua atuação junto às autoridades policiais e estaduais. Júnior faz contato direto com o chefe de Polícia Civil (Allan Turnowski), a quem pede que a investigação do caso seja transferida para a Delegacia de Homicídios; e recebe um email do governador Sérgio Cabral. Na fala atribuída a Júnior:

“Allan é um parceiro de muitos anos. Falei com ele sobre as câmeras na rua e ele deu uma superatenção. Também recebi um email do governador (Sérgio Cabral). Acredito na gestão dele, tenho visto melhorias, mas à medida que faz um trabalho de segurança, bandidos reagem de forma violenta. Foi assim em Bogotá, em Nova York.” (O Globo, 20/10/2009, Caderno Rio, p. 18).

Dois aspectos da fala de Júnior merecem ser comentados aqui. O primeiro é a sua circulação junto às autoridades oficiais: um email do governador, o chefe de polícia descrito como um “parceiro”.² O segundo é o lugar de “autoridade” informal que seus comentários parecem reivindicar: a crença na gestão do governador, sua avaliação das “melhorias”, sua fala semelhante à dos especialistas na produção de “diagnósticos” sobre os padrões internacionais das políticas de segurança pública.

Dois dias depois, contudo, a cobertura traz novas revelações sobre as circunstâncias da morte de Evandro que reorientam drasticamente os temas centrais do noticiário. Imagens de câmeras de segurança de lojas situadas próximas ao local do assalto mostram que, poucos segundos após atirarem em Evandro, os assaltantes são abordados por dois policiais militares em uma viatura. Os policiais se apropriam do

² É possível que tal se deva ao fato de nesta altura estarem já em curso as negociações do AfroReggae com a Polícia Civil do Rio de Janeiro para ser conduzido o projecto “Papo de Resposta”, que decorre desde então em colégios públicos, igrejas, faculdades e empresas do Rio. Policiais e membros do AfroReggae oferecem “aulas” sobre os riscos de se aproximar da criminalidade. O Papo de Resposta foi publicamente apresentado pela primeira vez na Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública em 29 de Agosto de 2009, pouco mais de um mês antes da morte de Evandro João.



produto do roubo – uma jaqueta e um par de tênis – e em seguida liberam os assaltantes. Além disso, os policiais não prestam socorro a Evandro, que agonizava na calçada.

Este segundo momento da cobertura é marcado por uma forte tensão entre José Júnior e o coronel Mário Sérgio Duarte, comandante-geral da Polícia Militar. Após ver as imagens que mostram a atuação dos policiais, Júnior dá a seguinte declaração à imprensa: “Não podemos culpar a instituição, mas é uma conduta que equipara ou até torna esses dois PMs piores do que os bandidos.”

Nas páginas internas dedicadas ao noticiário sobre o caso, há outras declarações de José Júnior que reforçam esta sua linha de atuação como alguém próximo das autoridades e que fala de um lugar análogo àquele dos “especialistas”. Vejamos:

“O coordenador elogiou a conduta da Polícia Civil no caso, ressaltando que acredita que os assaltantes serão localizados e presos em breve. Ele acrescentou que seu grupo tem uma relação muito boa com a instituição, motivada principalmente por um projeto conjunto de palestras em escolas. Ontem, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, também entrou em contato com José Júnior para prestar solidariedade e reforçar empenho no caso.

- No domingo, liguei para o Allan (Turnowski, chefe de Polícia Civil), que ficou chocado e colocou a instituição à disposição. Estou confiante de que o caso será resolvido em breve. E também acredito que o coronel Mário Sérgio não vai deixar barato o que esses policiais fizeram – afirmou o coordenador do AfroReggae.

Apesar de reforçar sua indignação com o caso, José Júnior disse que o incidente não mancha a política de segurança que vem sendo implementada atualmente:

- Tenho visto a busca de uma relação melhor com a população. Estamos vivendo um período único de relação entre os governos estadual, federal e municipal. Não faço discurso derrotista. Sou um entusiasta e tenho visto melhoras. Estamos sentindo na carne a perda, mas estamos otimistas de que há um processo de mudanças.” (*O Globo*, 22/10/2009, Caderno Rio, p. 10).

Assim, aqueles traços acima apontados aparecem aqui, na figura do secretário de Segurança Pública que entra em contato para lhe prestar solidariedade e na fala-

diagnóstico (o incidente que “não mancha a política de segurança”, o “período único” da relação entre os governos).

Este momento de cobertura é marcado por uma forte *institucionalização* da discussão. O tema central parece ser a *instituição policial*, com os esforços de Júnior de, ao mesmo tempo em que acusa os dois policiais envolvidos (“criminosos fardados”), fazer um visível esforço de distinção entre a política de segurança/a instituição policial e os dois indivíduos envolvidos. Este esforço encontra eco em outras seções dos jornais, tais como boxes de opinião e cartas de leitores. É assim que, no dia 23 de outubro, em página inteiramente dedicada à cobertura do caso (sintomaticamente intitulada “Polícia Bandida”), o jornal publica um box intitulado “Exemplo”:

“Embora já fosse motivo suficiente, não é só pelo fato de PMs assaltarem um ladrão e assassino, em vez de o prenderem, que a ação do comando da corporação, da Justiça e do MP no caso da morte do dirigente do AfroReggae precisa ser implacável.

Como um dos policiais suspeitos é um oficial, um capitão, a história ganha contornos especiais, pois indica a contaminação de níveis hierárquicos mais elevados pela ‘banda podre’ da corporação.

A depender do desfecho do caso, será mais difícil ou menos sanear a PM. Esperemos a sinalização que será dada a todos, soldados e oficiais.” (*O Globo*, 23/10/2009, Caderno Rio, p. 14).

No mesmo dia, a seção “Cartas dos Leitores” traz dezoito cartas. O tema da institucionalização predomina já no título (“A Polícia Bandida”). As cartas trazem inúmeras críticas à instituição policial, clamando por mudanças. Alguns fragmentos nos servem de exemplos:

“Alguém tem dúvidas de que a nossa PM precisa ser reformulada em sua grande maioria? (...) Sr. Governador, não perca esta chance de ficar para a história, transformando esta instituição naquilo que a população que o elegeu gostaria que fosse: uma polícia séria e capaz de combater o crime e proteger o cidadão.”

“A PM, que deveria nos proteger, roubou, não prestou socorro e deixou os assassinos livres para praticarem outros assaltos.”

“Será que alguém ainda duvida que 90% da violência no Rio estão diretamente ligados à corrupção policial? (...) O bandido não liga para a



autoridade, não respeita, não teme, porque conhece, sabe que podem ser comprados, que podem ser corrompidos e que são tão ou piores que eles. E não adianta dizer que são algumas maçãs podres no cesto, quem vive o dia a dia do Rio ou qualquer outra cidade sabe que a grande maioria age como marginais.”

“A polícia que é paga para proteger os cidadãos e seus bens foi mais criminosa que os próprios bandidos. Ao não prenderem os dois que mataram o diretor do AfroReggae, os policiais prevaricaram.”

“É um pesadelo, é uma novela? Não, é a polícia bandida e corrupta do Rio de Janeiro, que em vez de defender a sociedade mata, rouba e se omite. (...) Que polícia é esta? Fatos como este estão se tornando rotineiros e nada acontece. Onde está o governador Cabral que não reage, não intervém e somente assiste, de longe, a essa barbárie? Onde estão as nossas autoridades que não dão um basta nesta onda de violência, que é antiga e não é novidade para ninguém?”

Poderia ser diferente? Haveria outros caminhos possíveis para a cobertura que não a discussão sobre a instituição policial? Muitas vezes, análises de conteúdo midiático encontram pistas promissoras nas *ausências* – naquilo que é pouco ou nada mencionado. Neste caso, chama a atenção a debilidade do clamor pela prisão dos assaltantes. No dia 23 de outubro, Júnior e o pai de Evandro falam sobre a necessidade de que os assaltantes que o balearam sejam encontrados; no dia 24 de outubro, uma matéria fala de algumas suspeitas da polícia quanto à identidade dos assaltantes. E é só.

Este diminuto espaço dedicado aos assaltantes reforça ainda mais esta leitura de que a tônica do noticiário é a *institucionalização* do problema. Não há, como em tantos outros episódios de violência urbana no Rio de Janeiro, “interpretações” alternativas do problema, como por exemplo a “desvalorização da vida humana”, que poderia (como já o foi tantas vezes) ser suscitada diante da insignificância do “produto” do roubo (um par de tênis e uma jaqueta). *É como se os assassinos de Evandro não fossem os assaltantes que o balearam, mas sim os policiais que não o socorreram.*

Esta “institucionalização” do debate midiático sobre a morte de Evandro tem sequência na declaração do relações-públicas da Polícia Militar, major Oderlei Santos, que minimiza a atuação dos dois policiais caracterizando-a como um “desvio de

conduta” (*O Globo*, 23/10/2009, 1ª. página). O major é exonerado por ordem do Governador Sérgio Cabral, que equipara sua atuação à de um “advogado de defesa” dos policiais: “Isso é um desrespeito à população. Ele não merece ser o porta-voz da instituição da Polícia Militar. E o governador, quando precisa, exerce sua autoridade.” (*O Globo*, 24/10/2009, Caderno Rio, p. 20).

Esta declaração do major provoca uma polêmica entre José Júnior e o comandante da PM. Este diz a jornalistas que quer que Júnior peça desculpas pelo uso da expressão “criminosos fardados”; Júnior responde aos jornalistas que não vai se desculpar. Segundo a cobertura de *O Globo*:

“Durante uma entrevista coletiva, o coordenador-executivo da ONG, José Júnior, chamou os policiais envolvidos no caso de Evandro João da Silva de ‘criminosos fardados’. O coronel não esboçou reação, mas, após a saída de Júnior, disse que queria desculpas por causa da declaração. (...)

Ele (*Júnior*) disse que, depois da divulgação do caso de Evandro, recebeu diversos e-mails de policiais que estariam com vergonha de suas fardas:

- Policiais me procuraram para dizer estar com vergonha da farda. Eu disse que não, não é para ter vergonha da farda. A corporação não é culpada por isso, por causa desses dois marginais, criminosos fardados. É lamentável eu falar isso dentro do quartel-general da PM. O coronel deve até sentir bastante essa minha fala, mas não é nada diretamente ligado à corporação. Acredito que o coronel vai se empenhar bastante e, depois que ele prender esses assassinos, acabará mostrando que a corporação não é conivente. (...)

Em seguida, na entrevista coletiva, o coronel Mário Sérgio Duarte não polemizou:

- É duro escutarmos os sentimentos do Júnior. É duro ouvir, mas a corporação precisa ter coragem de encarar este momento, o momento de estar sendo acusada, e resolver os problemas que se apresentam. É uma situação que não gostaríamos de passar, mas isso não significa que ficaremos estáticos. Estamos aqui para defender a população.

Após a saída de Júnior, no entanto, o coronel chamou alguns jornalistas e disse que queria desculpas dele. O coordenador do AfroReggae afirmou que não vai se retratar:

- Ele entendeu errado o que eu disse, mas entendo, ele está muito mais fragilizado do que a gente. Não vou polemizar, mas não vou pedir desculpas



porque não fui irresponsável. Só quero que ele cumpra o seu papel.” (*O Globo*, 24/10/2009, Caderno Rio, p. 19).

O tema da institucionalização fica aqui mais uma vez patente, tanto no esforço do Coronel de explicitar uma posição institucional (“a corporação precisa ter coragem”, “não ficaremos estáticos”), quanto no empenho de Júnior de distinguir os dois “criminosos fardados” da instituição da Polícia Militar (“não é para ter vergonha da farda”, “nada diretamente ligado à corporação”). E, novamente, o lugar de autoridade de Júnior é construído através de uma postura de que reivindica maior poder para si através de uma compreensão compassiva: “ele está mais fragilizado do que a gente”.³

A seção “Cartas de Leitores” vem também mais uma vez reforçar o tom geral da cobertura. Com dez cartas agrupadas sob o título “Decisão Acertada”, no dia 24 de outubro a seção comenta a exoneração do relações-públicas, ironizando/criticando sua declaração e tecendo elogios ao governador:

“Enalteço a correta atitude do governador Sérgio Cabral em relação à imediata exoneração do relações-públicas da Polícia Militar, major Oderlei Santos, após o mesmo declarar publicamente que os policiais que liberaram os assassinos do coordenador do AfroReggae, Evandro João da Silva, não poderiam ser considerados criminosos.”

“Parabéns ao governador pela exoneração deste indivíduo que minimizou uma cena cuja imagem não nega a banalização da vida humana. Abaixo o corporativismo!”

“Se um major da Polícia Militar define o crime de um policial, fiscal de outros policiais, como ‘desvio de conduta’ estamos piores do que imaginado, mesmo pelos mais pessimistas.”

Como síntese desta tensão entre “institucionalizar” a discussão da morte de Evandro e distinguir a corporação policial dos dois policiais envolvidos, podemos comentar a notícia de 1ª. página do dia 24 de outubro, que sugere uma polarização entre o “bom” e o “mau” policial ao opor o Capitão Bizarro (sobrenome do capitão envolvido na omissão de socorro a Evandro) ao “capitão herói” (alcunha dada a outro policial militar, por coincidência formado na mesma turma, que dias antes pousara com sucesso

³ Para uma discussão sobre as relações entre hierarquia e compaixão, ver Clark (1997).



um helicóptero da PM alvejado por traficantes). Ora bizarros, ora heróis: que corporação é essa? Parece ser essa a questão discutida pelas autoridades, policiais e cidadãos cariocas neste “drama ritual” engendrado pela morte de Evandro João da Silva.

Considerações Finais: o lugar do mártir nos contos morais do GCAR

Em outro lugar (Durão e Coelho, 2010), discutimos a “representação de si” elaborada pelo GCAR em um conjunto de produções discursivas sobre o grupo. Identificamos nestas produções a recorrência de “contos morais”, pequenas histórias repetidas com mínimas variações, nas quais uma temática é predominante: a história de um “sobrevivente”, um rapaz oriundo de comunidades carentes, com uma biografia típica daquela que caracteriza os meninos cooptados pelo tráfico de drogas, sujeito à violência e ao arbítrio policiais, e que escapa, contudo, a esta trajetória de vida. Ao escapar desta trajetória, este menino se torna *responsável* pelos outros. Seu sentimento é a esperança, entendida nos termos de Crapanzano (2004) como o tempo do “ainda não”, de um “futuro mediado”, de um mundo vislumbrado como possível através de ações no momento presente.

A morte de Evandro, rapaz de trajetória idêntica a esta biografia típica dos integrantes do GCAR, vem colocar o grupo diante de um “desafio discursivo”: como integrar um “mártir” às suas fileiras de sobreviventes?

No dia 24 de outubro, uma carta assinada por José Júnior é publicada em *O Globo*. A carta é escrita sob a forma de versos e intitula-se “a carta que eu nunca queria ter escrito”. Em suas primeiras estrofes, reconta os principais momentos da trajetória de Evandro no GCAR, iniciada nove anos antes. Seus últimos versos:

“Há 8 dias, Evandro me deu um abraço
E me disse até amanhã.
Há 7, virou um mártir.
Desde então, nosso único alento
É que mártir não morre. Vira inspiração,
Transforma indignação em força.
Força para que continuemos a nossa guerra.



Uma guerra da qual ele, orgulhosa e intensamente,
Fazia parte.
Uma guerra em que lutaremos sempre.
Mas sempre torcendo para que um dia ela acabe.”
(*O Globo*, 24/10/2009, Caderno O País, p. 8.)

Seu assassinato é batizado de “martírio” pelo próprio grupo, em uma nova peça discursiva de sua elaboração de si. Sua morte, negada no plano simbólico, é incorporada ao “projeto moral” (Cole, 2003) do grupo sob a forma de um “estímulo para não desistir”, de uma *responsabilidade para com o outro* a qual, acoplada à *esperança*, constitui o cerne desta “tecnologia social” de transformação da cidade do Rio de Janeiro elaborada pelo Grupo Cultural AfroReggae a partir daquele diagnóstico de “cidade partida”.

Referências Bibliográficas

- CLARK, Candace. (1997). *Misery and Company - sympathy in everyday life*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- COLE, Jennifer. (2003). “Narratives and Moral Projects: Generational Memoires of the Malagasy 1947 Rebellion”, *Ethos* 131(1): 95-126.
- CRAPANZANO, Vincent. (2004). *Imaginative Horizons – an essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. (2000 [(1998)]). “Depois da Festa: Movimentos negros e ‘políticas de identidade’ no Brasil”. In: S. Alvarez, E. Dagnino e A. Escobar (orgs.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 333-380.
- DURÃO, Susana e COELHO, Maria Claudia. (2010). “As ‘Tecnologias Sociais’ do Grupo Cultural AfroReggae: moral e emoção nos movimentos culturais”. Trabalho apresentado no 10º. Congresso da International Society for Ethnology and Folklore. Lisboa, Portugal, abril de 2011.
- FERGUSON, James. (2006). *Global Shadows. Africa in the Neoliberal World Order*. Durham, London: Duke University Press.



- GEERTZ, Clifford. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- JUNIOR, José. (2006). *Da Favela para o Mundo. A história do Grupo Cultural AfroReggae*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- VENTURA, Zuenir. (1994). *Cidade Partida*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- YUDICE, George. (2000). “Redes de gestión social y cultural en tiempos de globalización”. In: Daniel Mato, Ximena Agudo e Illia Garcia (orgs.). *América Latina en tiempos de globalización II: cultura y transformaciones sociales*. Caracas: CIPOST - Universidad Central de Venezuela – UNESCO, pp. 93-116.
- _____. (2006). *A Conveniência da Cultura. Usos da Cultura na Era Global*. Belo Horizonte: Editora UFMG.